

AS RELAÇÕES DE GÊNERO ENTRE OS KAINGANG: UMA ANÁLISE SOBRE O PROTAGONISMO FEMININO

Géssica Taís Cataneo Drei¹

Adiles Savoldi²

Palavras-chave: Kaingang; Colonialidade de gênero; Corpo-território; Protagonismo feminino; Direitos humanos.

INTRODUÇÃO

As relações de gênero entre os Kaingang têm adquirido crescente relevância acadêmica e política, sobretudo em razão da ampliação das produções de pesquisadoras indígenas e da presença de lideranças femininas nos debates contemporâneos. A abordagem do tema, entretanto, exige cautela epistemológica, pois a categoria “gênero”, tal como formulada pelo pensamento ocidental moderno, não possui equivalente direto na língua Kaingang. Contudo, não significa a inexistência de relações diferenciadas entre homens e mulheres, mas evidencia que os modos *kanhgág* de existir se organizam segundo princípios relacionais próprios, vinculados à circulação, à complementaridade e à corresponsabilidade. Os processos de invasão, colonização e violência interferiram nessas formas de organização, alterando práticas sociais, cosmologias, divisões de tarefas e modos de exercício da autoridade (Kaingang; Kaingang; Gibram, 2025; Segato, 2012a; Segato, 2012b).

Nesse contexto, o trabalho analisa como o protagonismo das mulheres Kaingang se manifesta na organização comunitária, na transmissão de saberes, na orientação das decisões coletivas e nas mobilizações políticas contemporâneas, compreendendo-o como dimensão histórica da continuidade sociopolítica do povo. Para alcançar esse objetivo,

¹ Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. gessicadrei@gmail.com

² Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. adiles@uffs.edu.br

articulam-se relatos e produções de mulheres Kaingang, estudos etnográficos e contribuições decoloniais, especialmente as formulações sobre colonialidade de gênero.

DESENVOLVIMENTO

A discussão parte do reconhecimento de que o pensamento Kaingang (*kanhgág jykre*) não se estrutura pelas mesmas categorias de posse, hierarquia e binarismo que caracterizam a ordem moderno-colonial. Kaingang, Kaingang e Gibram (2025) demonstram que falar de gênero em perspectiva *kanhgág* demanda um exercício de tradução conceitual, porque a palavra não existe na língua originária e porque a experiência das mulheres se vincula à relação ancestral entre corpo e território. A noção de corpo-território permite compreender que as violências contra mulheres indígenas reproduzem, nos corpos, a invasão e o esbulho dos territórios e alcançam os vínculos comunitários, a memória e os modos de existência.

A colonialidade de gênero constitui uma chave analítica fundamental para compreender as transformações impostas pela colonização às relações sociais, políticas e comunitárias. Lugones (2014) sustenta que o sistema colonial/moderno impôs classificações raciais, sexuais e sociais articuladas, reorganizando identidades e relações segundo uma lógica binária e hierárquica. Mendoza, Silva e Silva Filho (2021) igualmente relacionam colonialidade de gênero e poder, enquanto Segato (2012a, 2012b) evidencia que a modernidade colonial deslocou capacidades políticas femininas, fortaleceu formas violentas de masculinidade e desvalorizou espaços associados às mulheres. Barreto (2025) e Sousa (2023) ressaltam, por sua vez, que o emprego crítico da categoria gênero deve reconhecer epistemologias e ontologias indígenas, evitando reproduzir a própria matriz colonial que se pretende analisar.

Entre os Kaingang, a centralidade feminina permanece perceptível mesmo quando a liderança formal é predominantemente masculina. Bazzi (2020), ao analisar três gerações de lideranças da Terra Indígena Toldo Chimbanguê, evidencia a continuidade da participação das mulheres em processos decisórios, articulações comunitárias e ações de resistência. Lopes (2023) observa que a imposição de categorias jurídicas, religiosas e sociais externas redefiniu como domésticas atividades que possuíam alcance político. Rocha (2012) demonstra que mulheres mais velhas exercem autoridade ética, aconselham lideranças e influenciam deliberações coletivas, inclusive quando suas posições são

posteriormente apresentadas no espaço público por homens. Assim, a menor visibilidade institucional não corresponde à ausência de agência política.

Essa atuação também se expressa na produção e na transmissão de conhecimentos. Piaia e Wedig (2021) mostram que o saber-fazer artesanal das mulheres Kaingang articula cosmologia, memória e continuidade cultural, não podendo ser reduzido a atividade econômica ou manual. Domingues (2021) destaca o papel feminino na manutenção cotidiana da língua e em sua transmissão às crianças. Nesse contexto, práticas como a educação, o cuidado, a mediação de conflitos, a manutenção das redes de parentesco e a preservação cultural ultrapassam a esfera doméstica e assumem dimensão política, pois contribuem diretamente para a coesão comunitária, a continuidade dos modos de vida e a proteção do território.

A memória das violências coloniais e estatais não apenas compõe essa trajetória histórica, mas também orienta as formas contemporâneas de mobilização das mulheres Kaingang em defesa dos territórios, do meio ambiente e dos direitos coletivos. Nesse sentido, Ayres et al. (2023) destacam sua atuação na conservação territorial, enquanto Silva e Laroque (2016) evidenciam conquistas protagonizadas por mulheres nas terras e aldeias Kaingang, especialmente em questões relacionadas à coletividade, ao cuidado com as crianças, à sustentabilidade e à luta pela terra.

RESULTADOS, AVANÇOS E REFLEXÕES

A articulação do referencial teórico analisado indica que o protagonismo feminino Kaingang não constitui uma dimensão estruturante da organização social, cultural e política do povo. A predominância masculina em posições de poder deve ser compreendida à luz das interferências coloniais que reorganizaram a autoridade pública e reduziram a visibilidade de práticas femininas.

Mesmo quando não ocupam posições oficialmente reconhecidas, as mulheres participam da definição dos rumos comunitários, da avaliação ética das lideranças, da formação das novas gerações e da preservação dos vínculos que sustentam a coletividade. Os estudos também demonstram que corpo, território, língua, parentesco e política são dimensões indissociáveis. Nesse sentido, tem-se que a presença feminina em movimentos indígenas e em espaços institucionais torna visível uma agência histórica que persistiu apesar das tentativas coloniais de confiná-la à esfera privada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROJEÇÕES

Compreender as relações de gênero entre os Kaingang exige evitar a aplicação automática de categorias ocidentais e reconhecer suas formas relacionais e os efeitos da colonização. A inexistência de termo equivalente a “gênero” não denota ausência de diferenças entre homens e mulheres, mas uma organização que não se confunde com o binarismo hierárquico moderno. A colonialidade introduziu assimetrias e restringiu a visibilidade das mulheres nos espaços formais, sem eliminar sua centralidade na vida comunitária.

O protagonismo feminino manifesta-se na língua, nos saberes, no artesanato, na educação, na mediação de conflitos, no aconselhamento das lideranças e nas lutas territoriais. Essas práticas articulam memória, ética, política e território e asseguram a continuidade sociocultural Kaingang. O aprofundamento do debate deve manter no centro as produções acadêmicas, os testemunhos e os conhecimentos formulados pelas próprias mulheres indígenas, preservando a especificidade dos modos de vida Kaingang nos estudos sobre direitos humanos, gênero e povos indígenas.

REFERÊNCIAS

- AYRES, Ariadne Dall’acqua; DANIZA JAGSO KAINGANG, Jozileia; NERES, Vanessa Fe Ha; DA ROCHA BRANDO, Fernanda. A INTERPELAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS SOBRE A CONSERVAÇÃO DE SEUS TERRITÓRIOS. **Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, Goiânia, Brasil, v. 21, n. 1, p. 34–51, 2023. DOI: 10.18224/hab.v21i1.13206. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/13206>. Acesso em: 11 jul. 2026.
- BARRETO, Clara Rost. **Colonialidade de gênero e mulheres indígenas: epistemologias para além do binário**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/65939>. Acesso em: 9 dez. 2025.
- BAZZI, Andreza. Mulheres Kaingang na frente de batalha: três gerações de lideranças feminina na Terra Indígena Toldo Chimbanguê. **Revista Aedos**, [S. l.], v. 11, n. 25, p. 284–305, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/96893>. Acesso em: 9 dez. 2025.
- DOMINGUES, Gislaine. O papel da mulher na manutenção da língua Kaingang na Terra Indígena Apucaraniha. **Revista Latinoamericana de Estudos da Oralidade**, 2021. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/1187>. Acesso em 15 jun. 2026.
- KAINGANG, Angélica Domingos; KAINGANG, Nyg Kuitá; GIBRAM, Paola. Relações de gênero e políticas sociais na perspectiva kahngág. In: GIORDANO,

- Ricardo Cid Fernandes; ROSA, Rogério Reus Gonçalves da (org.). **Ciclo de debates Jê no Sul: territórios, histórias e saberes Kanhgág e Laklãnõ**. Florianópolis: Habitus, 2025. p. 153-169.
- LOPES, Viviane Belini. **O protagonismo feminino Kaingang: entre os costumes e o direito brasileiro**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/276915>. Acesso em: 10 jul. 2026.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 935-964, 2014.
- MENDOZA, Breny; PILGER DA SILVA, Letícia; DE OLIVEIRA SILVA FILHO, Suéliton. A colonialidade do gênero e poder: da pós-colonialidade à decolonialidade. **Revista X**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 290–318, 2021. DOI: 10.5380/rvx.v16i1.78777. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/78777>. Acesso em: 9 jul. 2026.
- PIAIA, Eliana; WEDIG, Joseane Carine. Mulheres Kaingang e seu saber-fazer artesanal: a interrelação entre cosmologia e conhecimento. **Tellus**, [S. l.], v. 21, n. 45, p. 171–191, 2021. DOI: 10.20435/tellus.v21i45.755. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/755>. Acesso em: 9 jul. 2026.
- ROCHA, Cinthia Creatini da. **Agência feminina na sociopolítica Kaingang**. In: SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria (org.). Gênero e povos indígenas: coletânea de textos produzidos para o “Fazendo Gênero 9” e para a “27ª Reunião Brasileira de Antropologia”. Rio de Janeiro; Brasília: Museu do Índio; GIZ; FUNAI, 2012.
- SEAWRIGHT, Leandro. Etno-história-oral: a sobrevivência de uma indígena Kaingang à época da ditadura militar brasileira. religião e protagonismo. **Fronteiras**, [S. l.], v. 19, n. 34, p. 280–301, 2017. DOI: 10.30612/frh.v19i34.7601. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTEIRAS/article/view/7601>. Acesso em: 12 jul. 2026.
- SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES**, n. 18, p. 106-131, 2012a.
- SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012b.
- SILVA, Juciane Beatriz Sehn da; LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Lideranças femininas no universo político Kaingang: um estudo sobre a Terra Indígena **Jamã Tÿ Tãnh**, Estrela/RS. Disponível em: https://eeh2016.anpuh-rs.org.br/resources/anais/46/1468873784_ARQUIVO_LIDERANCASFEMININASNOUNIVERSOPOLITICOKAINGANG-revisado.pdf. Acesso em: 9 dez. 2025.
- SOUSA, Larissa C. de. Gênero e colonialidade: indígenas mulheres descolonizando os estudos de gênero. **Revista Feminismos**, v. 11, n. 3, p. 1-15, 2023.